

Educação Inclusiva: desafios e perspectivas para uma prática transformadora nos Institutos Federais de Educação

Inclusive Education: challenges and perspectives for a transformative practice in Federal Institutes of Education

Educación Inclusiva: retos y perspectivas para una práctica transformadora en los Institutos Federales de Educación

Denis Fabrício de Fonseca Leal¹ , André Ricardo Lucas Vieira² 

¹ Instituto Federal do Sertão Pernambucano, Petrolina, Pernambuco, Brasil.

² Instituto Federal do Sertão Pernambucano, Santa Maria da Boa Vista, Pernambuco, Brasil.

Autor correspondente

André Ricardo Lucas Vieira

E-mail: andre.ricardo@ifsertao-pe.edu.br

Como citar: Leal, D. F. de F., & Vieira, A. R. L. (2025). Educação Inclusiva: desafios e perspectivas para uma prática transformadora nos Institutos Federais de Educação. *Revista Tempos e Espaços em Educação*, 18(37), e23103. <http://dx.doi.org/10.20952/revtee.v18i37.23103>

RESUMO

Este estudo, com o objetivo de analisar os principais desafios na inclusão de pessoas com deficiência na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) a partir das dissertações produzidas no âmbito do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT), desenvolveu uma pesquisa do tipo estado do conhecimento, e analisou 31 dissertações publicadas no Observatório do referido programa de pós-graduação com o recorte temporal de 2019 a 2024. A pesquisa identificou barreiras atitudinais, comunicacionais, arquitetônicas e pedagógicas que comprometem o acesso, a permanência e o êxito desses estudantes. As dissertações foram organizadas em seis categorias temáticas, revelando lacunas na formação docente, limitações no uso de tecnologias assistivas e ausência de políticas institucionais integradas. Os dados indicam que a inclusão permanece parcial e desarticulada, exigindo ações estruturais e intersetoriais para a efetivação de práticas educacionais inclusivas.

Palavras-chave: Rede Federal. Pessoas com Deficiência. Acessibilidade.

ABSTRACT

This study, which aims to analyze the main challenges of the state-of-the-art researchable with disabilities in the Federal Network of Professional, Scientific and Technological postgraduate dissertations produced within the scope of the Professional Master's Program in Professional and Technological Education (PROFEPT), developed a state-of-the-art research and analyzed 31 dissertations published in the Observatory of the aforementioned postgraduate program with the time frame

from 2019 to 2024. The research identified attitudinal, communicational, architectural and pedagogical barriers that compromise the access, retention and success of these students. The dissertations were organized into six thematic categories, revealing gaps in teacher training, limitations in the use of assistive technologies and the absence of integrated institutional policies. The data indicates that inclusion remains partial and disjointed, requiring structural and intersectoral actions for the implementation of inclusive educational practices.

Keywords: Federal Network. People with Disabilities. Accessibility.

RESUMEN

Este estudio, cuyo objetivo es analizar los principales desafíos para la inclusión de las personas con discapacidad en la Red Federal de Educación Profesional, Científica y Tecnológica (RFEPCT), a partir de tesis doctorales producidas en el marco del Programa de Maestría en Educación Profesional y Tecnológica (PROFEPT), desarrolló una investigación de vanguardia y analizó 31 tesis doctorales publicadas en el Observatorio de dicho programa de posgrado, con un período de 2019 a 2024. La investigación identificó barreras actitudinales, comunicacionales, arquitectónicas y pedagógicas que comprometen el acceso, la permanencia y el éxito académico de estos estudiantes. Las tesis doctorales se organizaron en seis categorías temáticas, revelando brechas en la formación docente, limitaciones en el uso de tecnologías de apoyo y la ausencia de políticas institucionales integradas. Los datos indican que la inclusión sigue siendo parcial y desarticulada, lo que requiere acciones estructurales e intersectoriales para la implementación de prácticas educativas inclusivas.

Palabras clave: Red Federal. Personas con Discapacidad. Accesibilidad.

INTRODUÇÃO

A revisão de literatura configura-se como um instrumento científico indispensável no campo acadêmico, pois permite situar a produção intelectual no interior de uma área de pesquisa, estabelecendo diálogos com autores, correntes teóricas e práticas já consolidadas. Trata-se, portanto, de uma etapa vital do processo investigativo, que não apenas sistematiza conhecimentos produzidos, mas também contribui para a construção de novas compreensões sobre o objeto em análise. Nesse horizonte, este artigo resulta de uma pesquisa do tipo estado do conhecimento, ancorada em Morosini *et al.* (2021), com foco na Educação Inclusiva no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT).

A análise desenvolvida parte das políticas educacionais nacionais orientadas pelos princípios da acessibilidade e da equidade, tomando como eixo a promoção de condições de aprendizagem justas e inclusivas. Em um país historicamente marcado por processos de exclusão social, as políticas de inclusão escolar emergem como estratégias fundamentais para enfrentar desigualdades estruturais. Mais do que garantir o acesso, a educação inclusiva busca assegurar a permanência, a participação e o aproveitamento escolar de todos os estudantes, especialmente daqueles historicamente marginalizados, como pessoas com deficiência, em contextos escolares mais abertos à diversidade.

A ampliação do acesso, especialmente por meio das políticas de ações afirmativas, representa um avanço importante, mas não suficiente. Ainda persistem barreiras de ordem atitudinal, pedagógica e estrutural, que impedem uma vivência educacional verdadeiramente equitativa. A efetivação de uma prática inclusiva requer, portanto, a transformação do ambiente escolar em um espaço de pertencimento, onde estudantes com e sem deficiência possam conviver, interagir e aprender em condições colaborativas, livres de preconceitos e discriminações.

A RFEPCT, composta por Institutos Federais, Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets) e pela Escola Pedro II, constitui-se como um importante instrumento de democratização do ensino público, gratuito e de qualidade no Brasil. Considerando esse papel estratégico, esta pesquisa voltou-se à análise das dissertações disponíveis no Observatório do Programa de Mestrado

Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), repositório que reúne as produções acadêmicas desenvolvidas no âmbito do referido programa de pós-graduação. O interesse por esse recorte surge da necessidade de compreender como a educação inclusiva tem sido abordada e implementada no interior da Rede, à luz do seu compromisso institucional com a equidade, a diversidade e a justiça social.

A relevância de estudos dessa natureza reside em sua capacidade de mapear tendências, identificar lacunas e evidenciar caminhos percorridos na construção de práticas educativas voltadas à inclusão. Ao examinar o que tem sido produzido sobre o tema nos trabalhos acadêmicos do ProfEPT, busca-se não apenas uma sistematização do conhecimento existente, mas também uma reflexão crítica sobre as perspectivas que têm orientado essas investigações, bem como suas potencialidades de intervenção na realidade educacional. Dessa forma, o objetivo geral deste estudo é analisar os principais desafios na inclusão de pessoas com deficiência na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica a partir das dissertações produzidas no âmbito do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica. Trata-se de um programa de pós-graduação *stricto sensu*, reconhecido pela Capes, que busca promover a formação de profissionais capazes de pensar criticamente a educação profissional e tecnológica no país. Desde sua criação, o ProfEPT tem se consolidado como espaço de produção de conhecimento vinculado às realidades locais, promovendo o fortalecimento institucional e o enfrentamento das desigualdades regionais.

Atualmente, o programa está presente em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal, com a participação de 40 instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Dessa forma, o ProfEPT constitui-se como uma fonte de análise para compreender como a temática da educação inclusiva tem sido abordada nos diferentes territórios e como as práticas propostas dialogam com os princípios de equidade, justiça social e transformação social que orientam a Rede Federal.

Por fim, em um tempo marcado por intensas transformações impulsionadas pelos avanços da ciência e da tecnologia, a análise desse campo investigativo torna-se ainda mais urgente. A partir do diálogo com pesquisadores que se dedicam ao tema, pretendeu-se estabelecer conexões profundas com o objeto de estudo, considerando a historicidade que permeia a construção dos conceitos e práticas sobre a educação inclusiva, e reafirmando o compromisso ético com uma educação mais justa, plural e humanizada.

NA TRILHA METODOLÓGICA: UM ESTUDO DO CONHECIMENTO SOBRE INCLUSÃO NA RFEPT

A realização de uma pesquisa do tipo estado do conhecimento contribui significativamente para a compreensão de como um determinado tema tem sido abordado e interpretado em diferentes contextos históricos e institucionais. Essa metodologia permite visualizar a produção acadêmica como parte de um cenário permeado por múltiplos fatores, entre eles, sociais, geográficos, políticos e culturais, que influenciam, tanto quantitativa quanto qualitativamente, as formas como as investigações ocorrem. Ao mapear essa produção, é possível identificar variações importantes entre regiões, períodos, instituições e outras dimensões que moldam o fazer científico no país.

Com base nesse pressuposto, foi desenvolvido um estado do conhecimento seguindo as orientações metodológicas propostas por Morosini *et al.* (2021), que destacam a importância de considerar os aspectos sociais, institucionais e temporais na delimitação e análise do campo investigado. Para as autoras, esses elementos não apenas influenciam o conteúdo das pesquisas, mas também contribuem para uma compreensão mais ampla e crítica do objeto estudado, situando-o no interior de uma dinâmica histórica e epistemológica complexa.

Articulada a essa perspectiva, a abordagem qualitativa adotada neste estudo buscou aprofundar a análise das dimensões epistemológicas relacionadas à educação inclusiva, permitindo

situar teoricamente os elementos que estruturam a investigação. Conforme apontam Mattar e Ramos (2021, p. 131), “as pesquisas qualitativas têm como objetivo geral compreender determinados fenômenos em profundidade”, o que reforça o compromisso com uma análise crítica, densa e situada. Desse modo, o processo investigativo partiu do entendimento de que os dados coletados e interpretados são atravessados por significados, valores e experiências que não podem ser reduzidos à mensuração numérica, exigindo, portanto, um rigor científico compatível com a natureza subjetiva do objeto em questão.

Como destaca Minayo (2009, p. 21-22), a pesquisa qualitativa “[...] trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”. A partir dessa compreensão, o presente estudo buscou compreender não apenas o que se tem produzido sobre educação inclusiva no âmbito do ProfEPT, mas também como esses discursos se articulam com os contextos sociais e institucionais que os geram, revelando os sentidos atribuídos à inclusão no interior da Rede Federal.

Com o intuito de compreender a realidade da educação inclusiva nos Institutos Federais, realizou-se um levantamento bibliográfico preliminar junto ao Observatório do Programa de Pós-Graduação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT). Esse levantamento teve como objetivo identificar e analisar as dissertações que abordam a temática, permitindo mapear os enfoques adotados e as estratégias discutidas no âmbito do programa.

O primeiro critério de refinamento adotado foi o recorte temporal, abrangendo o período de 2019 a 2024. Essa delimitação justifica-se pela constante atualização das discussões sobre educação inclusiva, que exigem o acompanhamento das produções mais recentes para uma compreensão alinhada aos contextos contemporâneos. Em seguida, foram utilizados descritores extraídos do Thesaurus Brasileiro da Educação (Brased), os quais foram inseridos de forma individual e entre aspas no sistema de busca do repositório. Os termos selecionados foram: “acessibilidade”, “educação inclusiva”, “pessoa com deficiência” e “inclusão educacional”. A Tabela 1, apresentada a seguir, mostra o quantitativo de registros encontrados para cada descritor.

Tabela 1 – Quantitativo de trabalhos por descritores

“Acessibilidade”	“Educação Inclusiva”	“Pessoa com deficiência”	“Inclusão educacional”
18	12	15	02

Fonte: Autor (2024)

No entanto, devido às limitações técnicas do sítio eletrônico, não foi possível acessar sete (7) desses trabalhos, restando um total de quarenta (40) dissertações disponíveis para análise, conforme apresentado na Tabela 2 a seguir.

Tabela 2 – Quantitativo de trabalhos por descritores após serem captados

“Acessibilidade”	“Educação Inclusiva”	“Pessoa com deficiência”	“Inclusão educacional”
15	10	14	01

Fonte: Autor (2024)

Durante a leitura flutuante, observou-se que sete (7) dissertações estavam associadas a mais de um descritor, o que reduziu o corpus inicial para trinta e três (33) trabalhos distintos. Em consonância com os princípios metodológicos que orientam as pesquisas do tipo “estado do conhecimento”, conforme proposto por Morosini *et al.* (2021), foi elaborada uma tabela anotada contendo informações essenciais de cada dissertação. Nesse processo, aplicou-se o princípio da pertinência, que se refere à análise da relevância e da adequação do conteúdo dos estudos em relação ao problema e aos objetivos da pesquisa. Como destacam Romanowski e Ens (2006, p. 40), “o princípio da pertinência refere-se à seleção criteriosa dos trabalhos que tratam, de forma efetiva,

do tema central da pesquisa, possibilitando uma análise aprofundada e coerente com os objetivos propostos”.

A partir desse critério, foram excluídas duas dissertações que, embora abordassem temas correlatos, não estabeleciam relação direta com o foco da presente investigação. Dessa forma, o corpus final analisado passou a ser composto por trinta e uma (31) dissertações, conforme detalhado na Tabela 3.

Tabela 3 – Número de trabalhos após aplicação do critério de inclusão

“Acessibilidade	“Educação Inclusiva”	“Pessoa com deficiência”	“Inclusão educacional”
14	10	06	01

Fonte: Autor (2024)

A consolidação do corpus com trinta e uma dissertações, após a aplicação de critérios metodológicos, permitiu o estabelecimento de uma base para a análise dos sentidos e enfoques atribuídos à educação inclusiva no âmbito da Rede Federal. Ao longo desse percurso metodológico, buscou-se respeitar a complexidade e a diversidade das produções, considerando a multiplicidade de fatores que atravessam os processos de pesquisa no contexto educacional. A delimitação temporal, a escolha criteriosa dos descritores, a leitura flutuante e a aplicação do princípio da pertinência garantiram não apenas a relevância dos dados selecionados, mas também a fidedignidade do mapeamento em relação aos objetivos propostos. A partir desse conjunto de produções, foi possível aprofundar a análise das abordagens sobre inclusão presentes no ProfEPT, revelando tensões, caminhos e possibilidades que se configuram nas práticas e discursos sobre a educação de pessoas com deficiência na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

PRÁTICAS E DESAFIOS DA INCLUSÃO NA REDE FEDERAL: UM OLHAR SOBRE AS PRODUÇÕES DO PROFEPT

Os trabalhos selecionados para este estudo foram codificados e organizados em seis categorias temáticas, definidas a partir da leitura dos objetivos descritos nos resumos das dissertações. Embora essas categorias tenham sido estruturadas com base em elementos identificados nos resumos, é importante destacar que todas as dissertações abordam a educação inclusiva de maneira ampla e interligada. Dessa forma, ainda que cada trabalho tenha sido alocado em uma categoria específica, suas contribuições transbordam os limites temáticos definidos, trazendo reflexões que iluminam diferentes aspectos dos desafios e das possibilidades envolvidos na implementação da educação inclusiva nos contextos da Rede Federal.

A organização das categorias foi realizada em consonância com os procedimentos metodológicos descritos por Morosini *et al.* (2021). A seguir, trazemos um resumo das etapas que constituem esse processo: inicia-se com a construção da bibliografia anotada, que envolve o primeiro contato com as publicações encontradas, por meio da leitura dos resumos e da extração de informações relevantes; em seguida, elabora-se a bibliografia sistematizada, etapa em que é feita a seleção das pesquisas com base na aderência aos objetivos e ao objeto do estudo; posteriormente, realiza-se a bibliografia categorizada, que consiste no agrupamento das publicações selecionadas conforme a aproximação temática; por fim, desenvolve-se a bibliografia propositiva, fase em que são feitas inferências analíticas, permitindo a construção do conhecimento a partir do quadro delineado pelo mapeamento.

Nesse sentido, a primeira categoria identificada foi Acessibilidade Atitudinal, que reuniu sete dissertações voltadas à análise das posturas e atitudes que favorecem ou dificultam os processos de inclusão. A segunda, “Acessibilidade em Biblioteca”, contemplou dois estudos dedicados à avaliação das condições de acesso à informação nesses espaços institucionais. A terceira, intitulada

Acessibilidade ao Acesso à Rede Federal de Educação, agrupou três dissertações que trataram dos desafios enfrentados por pessoas com deficiência para ingressar e permanecer na Rede.

A categoria mais representativa foi Percurso Formativo Técnico-Profissional das Pessoas com Deficiência nos Cursos dos Institutos Federais, com treze dissertações que investigaram as trajetórias educacionais e os processos formativos desses sujeitos dentro dos IF. Já a categoria Educação Inclusiva na Formação Docente abrangeu dois trabalhos que discutiram a preparação dos docentes para lidar com a diversidade no ambiente escolar. Por fim, a categoria Tecnologias Assistivas reuniu quatro dissertações que analisaram o uso de recursos e ferramentas tecnológicas voltadas ao favorecimento da inclusão.

Este estudo teve como objetivo analisar os principais desafios na inclusão de pessoas com deficiência na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica a partir das dissertações produzidas no âmbito do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica. A proposta foi dar visibilidade aos desafios enfrentados pelos sujeitos desse processo, com ênfase no direito de acesso à educação e nas barreiras de ordem atitudinal, comunicacional e arquitetônica que persistem nas instituições. Além disso, buscou-se refletir criticamente sobre a disseminação e a efetividade das políticas públicas voltadas à inclusão educacional no contexto da educação profissional e tecnológica.

Dando prosseguimento ao percurso analítico, apresentamos a seguir a organização dos trabalhos selecionados e de seus respectivos autores, estruturados conforme as categorias temáticas definidas na pesquisa. A sistematização tem início no Quadro 1.

Quadro 1 – Acessibilidade Atitudinal

N.º	Título	Autor	Instituição	Ano
1	Acessibilidade Atitudinal nas Instituições de Ensino: O Caso IFRS	Elis Regina Poncio	IFRS	2019
2	Percepções de Estudantes Com Deficiência Sobre Integração, Acessibilidade e Inclusão No Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco – Campus Recife	Juliane Marques Santiago De Abreu	IFPE	2020
3	Desafios e Possibilidades No Desenvolvimento da Acessibilidade Atitudinal em Relação a Estudantes Surdos e Ouvintes Do IFSudesteMg - Campus Rio Pomba	Rosangela Cancela Soares	IFSudesteMG	2020
4	Acessibilidade Atitudinal das Pessoas Com Deficiências e das Pessoas Com Necessidades Educacionais Específicas: O Processo de Inclusão No IFPR Para Além das Políticas de Acesso	Luciana Nishioka	IFPR	2022
5	A Contribuição da Leitura Literária para uma Educação Inclusiva no IFMS	Thais Helena Pereira	IFMS	2021
6	Programa Educativo em Atitudes para Educação Inclusiva na Educação Profissional e Tecnológica	Raiza T. G. Vasconcelos	IFES	2023
7	O Papel da Comunidade Escolar no Processo de Inclusão dos Estudantes Com Deficiência do IFBaiano Campus Alagoinhas	Adrina Barbosa	IFBaiano	2022

Fonte: Autor (2024)

A análise dos resultados das dissertações agrupadas nesta categoria evidencia que a acessibilidade atitudinal constitui a base estruturante para todas as demais dimensões da acessibilidade, sendo condição indispensável para a efetivação de práticas educacionais verdadeiramente inclusivas. Como ressalta Poncio (2019), para além do preconceito, o desconhecimento e a negligência configuram-se como elementos centrais na produção de barreiras atitudinais enfrentadas por pessoas com deficiência. Essas barreiras, muitas vezes invisibilizadas,

reforçam estereótipos e dificultam tanto a convivência quanto o acesso equitativo a oportunidades educacionais, mesmo em instituições que afirmam adotar políticas de inclusão.

Abreu (2020) identificou que a maioria dos sujeitos que compõem os espaços institucionais possui conhecimentos incipientes sobre acessibilidade, especialmente a atitudinal, sobre as barreiras que dela decorrem e sobre os princípios da inclusão educacional. Essa lacuna formativa favorece a reprodução de posturas e discursos estigmatizantes, frequentemente fundamentados em concepções histórico-culturais que associam a deficiência a uma limitação intrínseca à aprendizagem e à participação social. Como consequência, são observadas atitudes que oscilam entre práticas integracionistas e excludentes, sinalizando a urgência de revisões nos processos formativos e nas estratégias institucionais de enfrentamento das desigualdades.

Nesse mesmo sentido, os dados analisados por Nishioka (2022) demonstram que a persistência da exclusão das PcD nos ambientes educacionais reflete, em grande medida, a dificuldade da própria sociedade em se constituir como verdadeiramente inclusiva. A ausência de debates sistemáticos, de formações contínuas e de ações pedagógicas intencionais contribui para que os Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), apesar de seus esforços, ainda não consigam provocar transformações significativas nas práticas institucionais. Dessa forma, as barreiras atitudinais continuam a ser reproduzidas nas micro realidades escolares, limitando o exercício pleno da cidadania por parte das PcD.

Em relação às culturas específicas, como a surda, Soares (2020) chama atenção para o desconhecimento generalizado, tanto de estudantes ouvintes quanto surdos, sobre as especificidades culturais e linguísticas desse grupo. Tal desconhecimento acentua as barreiras atitudinais, comprometendo as relações interpessoais e os processos de aprendizagem. Essa realidade reforça a importância da inclusão de disciplinas voltadas à acessibilidade e à educação inclusiva nos currículos dos cursos de formação, como propõe Poncio (2019), além da necessidade de fomentar ações afirmativas que valorizem a diversidade como princípio pedagógico e ético.

Por fim, Pereira (2021) aponta que a leitura de narrativas e crônicas sobre experiências de inclusão provocou nos participantes um aumento da empatia e da sensibilidade frente aos desafios vividos por colegas com deficiência. O contato com essas histórias favoreceu uma reflexão mais profunda sobre o papel do educador no processo de inclusão, evidenciando que a inclusão não se resume ao ingresso de estudantes com deficiência nas instituições, mas exige mudanças estruturais e, sobretudo, atitudinais. Assim, compreende-se que a acessibilidade atitudinal deve ser entendida como uma postura ética, política e pedagógica essencial à construção de uma educação que reconheça, acolha e valorize a diversidade humana em todas as suas formas.

Na continuidade da análise, será apresentada a categoria “Acessibilidade em bibliotecas”, conforme sistematizado no Quadro 2.

Quadro 2 – Acessibilidade em Bibliotecas

N.º	Título	Autor	Instituição	Ano
1	Acessibilidade em Bibliotecas: Um Estudo de Caso na Biblioteca do IFSUL- Câmpus Pelotas	Cristiane P. da Silva	IFSul	2023
2	Acessibilidade dos Estudantes Com Deficiência às Bibliotecas de Ensino Profissional e Tecnológico	Quezia B. de Oliveira Amaral	IFES	2023

Fonte: Autor (2024)

Ao tratar da categoria acessibilidade em bibliotecas, buscou-se compreender como essa dimensão se manifesta no contexto da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT). Nesse sentido, os estudos de Silva (2023) e Amaral (2023) evidenciam a centralidade das bibliotecas como espaços estratégicos na promoção da inclusão educacional, especialmente no âmbito dos Institutos Federais. Ambos os trabalhos demonstram que, embora existam avanços pontuais, como a acessibilidade arquitetônica e a adequação do mobiliário, ainda

persiste uma lacuna significativa no que se refere à acessibilidade plena, que abrange, de forma integrada, as dimensões comunicacional, atitudinal e instrumental.

Os dados analisados indicam que a mera presença física de recursos não garante, por si só, a inclusão efetiva de estudantes com deficiência. Para que a acessibilidade se concretize de maneira significativa, é imprescindível a implementação de ações estruturadas que envolvam a formação continuada dos profissionais, a aquisição de tecnologias assistivas e a reestruturação dos serviços oferecidos. A análise das dissertações revela que, apesar de as bibliotecas serem frequentemente percebidas como espaços acessíveis do ponto de vista estrutural, seu uso efetivo por parte de estudantes com deficiência ainda é limitado.

Conforme aponta Silva (2023), observa-se uma baixa frequência de estudantes com deficiência nesses espaços, o que pode estar relacionado tanto à escassez de informação sobre os serviços disponíveis quanto à persistência de barreiras no cotidiano institucional. A autora destaca a necessidade de adequações físicas adicionais, mas enfatiza, sobretudo, a urgência da qualificação no atendimento, por meio da capacitação da equipe técnica e do fortalecimento da acessibilidade comunicacional. Tais elementos são fundamentais para a construção de experiências educacionais mais inclusivas e humanizadas.

Amaral (2023), por sua vez, sublinha a relevância do trabalho intersetorial e da articulação entre a biblioteca, o NAPNE, a gestão institucional e os demais setores acadêmicos como condição indispensável para a formulação e execução de políticas inclusivas eficazes. A autora observa que, embora haja iniciativas pontuais, a ausência de um planejamento colaborativo e integrado tem comprometido a efetivação das práticas acessíveis em sua totalidade. Assim, as bibliotecas ocupam um lugar ambíguo: reconhecidas por seu potencial inclusivo, mas ainda aquém em relação à consolidação de práticas que assegurem o pleno acesso à informação, ao conhecimento e à participação dos estudantes com deficiência.

Na continuidade da análise, abordamos a categoria acessibilidade à Rede Federal de Educação, que amplia o olhar para além dos espaços físicos e investiga as condições gerais de inclusão nos Institutos Federais. Essa categoria, ao mesmo tempo que contribuiu para o delineamento dos objetivos desta pesquisa, permitiu compreender, de forma mais abrangente, como os desafios da inclusão se manifestam na RFEPCT. A sistematização dos trabalhos encontrados, organizados a partir dessa categoria analítica, é apresentada a seguir no Quadro 3.

Quadro 3 – Acessibilidade à Rede Federal de Educação

N.º	Título	Autor	Instituição	Ano
1	Inclusão em Formação [Recurso Eletrônico]: Contribuições para o Acesso das Pessoas Com Deficiência aos Cursos Técnicos do Instituto Federal do Espírito Santo.	Renata Gandra de Melo	IFES	2021
2	Acessibilidade do Processo de Inscrição do Estudante Surdo ao Ensino Médio Integrado Nos Portais do IFC: Um Estudo de Caso	Daiana Henrique Maria	IFES	2023
3	A Acessibilidade de Estudantes Surdos na EPT: Subsídios Teóricos e Práticos A Partir de Processo Seletivo no IFRS	Daniel Oliveira da Silva	IRFS	2024

Fonte: Autor (2024)

Os estudos desenvolvidos por Melo (2021), Maria (2023) e Silva (2024) convergem ao evidenciar a necessidade urgente de aprimoramento das práticas institucionais voltadas à acessibilidade, com ênfase no acesso de pessoas surdas aos processos seletivos educacionais. Melo (2021) observa que, embora o Instituto Federal do Espírito Santo (IFES) tenha implementado 68% das ações previstas para a promoção da acessibilidade, mais da metade dessas iniciativas ainda carece de aprimoramento, sobretudo no que diz respeito à acessibilidade comunicacional. O estudo reforça a importância de fundamentar as ações inclusivas em uma concepção social da deficiência,

deslocando o foco da limitação individual para as barreiras construídas socialmente. Essa perspectiva é fundamental para a consolidação de práticas educativas comprometidas com a autonomia, a equidade e o protagonismo das pessoas com deficiência, especialmente no momento de ingresso na educação profissional e tecnológica.

A dissertação de Maria (2023) aprofunda esse debate ao propor alternativas inovadoras e culturalmente sensíveis para os portais digitais utilizados nos processos seletivos do Instituto Federal Catarinense (IFC). A autora sugere, entre outras medidas, a substituição do software VLibras por intérpretes humanos, a inclusão de tutoriais e glossários bilíngues (Libras-Português), bem como a participação ativa de pessoas surdas em todas as etapas do processo seletivo. Tais ações, segundo a autora, não apenas qualificam o acesso à informação, mas também favorecem o desenvolvimento de processos cognitivos relevantes, promovendo a autonomia e a inclusão efetiva da pessoa surda em condições equitativas.

A pesquisa de Silva (2024), por sua vez, corrobora as constatações de Maria (2023) ao identificar diversas barreiras que comprometem a participação de candidatos surdos nos processos seletivos do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS). A baixa adesão dessa população, evidenciada por meio da análise de dados institucionais, denuncia a insuficiência de práticas efetivas de inclusão e revela o descompasso entre os discursos institucionais e a realidade enfrentada pelas pessoas surdas. A autora também destaca a centralidade da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como primeira língua da comunidade surda e defende a elaboração de políticas institucionais que articulem acessibilidade comunicacional, valorização das diferenças e compromisso com a justiça educacional.

Em conjunto, essas pesquisas apontam para um cenário em que a acessibilidade comunicacional ainda representa uma barreira significativa ao ingresso das pessoas com deficiência nos Institutos Federais. Os dados analisados reafirmam que a inclusão efetiva não se resume à adoção de soluções técnicas pontuais, mas requer transformações estruturais e paradigmáticas nas concepções institucionais sobre deficiência, linguagem, cultura e equidade.

Em seguida, apresenta-se a próxima categoria analítica, referente ao percurso formativo técnico-profissional de pessoas com deficiência nos cursos ofertados pelos Institutos Federais, cuja sistematização se encontra no Quadro 4.

Quadro 4 – Percurso formativo técnico-profissional das PcD nos IF

N.º	Título	Autor	Instituição	Ano
1	Acessibilidade Curricular: Um Estudo de Caso Sobre Inclusão Escolar no Instituto Federal de Goiás - Campus Luziânia	Cicero Batista dos Santos Lima	IFGoiano	2020
2	Guias Didáticos para o Ensino de Turismo Acessível: Reflexões a Partir de Problemas Sobre a Legislação Referente às Pessoas Com Deficiência e a Acessibilidade	Claudia Suzana Correia Lima Fialho	IFAL	2021
3	A Promoção da Acessibilidade na Educação Profissional e Tecnológica: Reflexões sobre Cultura Surda e Libras	Ermans Quintela Carvalho	IFAL	2021
4	O Percurso de Formação Profissional das Pessoas Com Deficiência dos Cursos Técnicos Subsequentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina	Eliete Santin Staub	IFSC	2022
5	O Estágio Curricular Obrigatório e a Inclusão de Estudantes Com Deficiência no Ensino Ofertado na Educação Profissional e Tecnológica: Subsídios para o	Samuel dos Santos Mota	IFRS	2024

	Aprimoramento das Políticas Institucionais em Vigência no Âmbito do IFRS			
6	Inclusão Educacional de Estudantes com Transtorno do Espectro Autista: Uma Análise das Experiências do Instituto Federal de Rondônia, da Associação de Pais e Amigos do Autista de Rondônia e da Secretaria de Estado da Educação de Rondônia	Roselaine Luzitana Fracalossi Kokkonen	IFRO	2021
7	Educação Inclusiva e Pessoas Com Deficiência Visual: Trajetória da Primeira Discente no IFSUL - Campus Charqueadas	Edson Roberto Pessel	IFSul	2021
8	Educação Inclusiva: Desafios e Conquistas no Percurso de Acesso, Permanência e Êxito para os Estudantes Assistidos pelo NAPNE e a Equipe Multidisciplinar no IFS/Campus Aracaju	Fabiana de Oliveira Lobao	IFS	2019
9	Educação Inclusiva: Uma Abordagem Acerca das Políticas de Inclusão para a Permanência Escolar no IFAM Campus Manaus centro	Karen Pontes da Cunha	IFAM	2022
10	A Prática Pedagógica no Atendimento ao Aluno da Educação Especial no IFPR Campus Curitiba: Desafios e Estratégias	Camila Marafigo Dos Santos	IFPR	2021
11	Educação Inclusiva no Ensino Médio Integrado: O Caso do Instituto Federal Sudeste Mg-Campus Juiz de Fora	Isac da Silva Haber	IFSudesteMG	2023
12	Educação Especial Inclusiva na Educação Profissional Tecnológica: Um Recorte Sobre a Inclusão de Pessoas Com Deficiência no Instituto Federal de Brasília	Anna Vanessa Lima de Oliveira	IFB	2021
13	A Inserção da Pessoa Com Deficiência no Mundo do Trabalho: A Oficina Pedagógica e o Aplicativo Eficiente como Ferramentas de Inclusão	Joelze Linhares de Araujo	IFRN	2021

Fonte: Autor (2024)

As dissertações analisadas revelam que a inclusão escolar nos Institutos Federais ainda enfrenta desafios estruturais e pedagógicos persistentes. Entre os principais obstáculos, destacam-se a ausência de um planejamento educacional integrado, lacunas na formação inicial e continuada de docentes, bem como práticas pedagógicas que, em muitos casos, permanecem pouco acessíveis (Lima, 2020; Lima Fialho, 2021). Soma-se a isso a escassez de abordagens efetivas sobre acessibilidade nos currículos da formação profissional, a necessidade de valorização da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como ferramenta de emancipação sociolinguística e cultural (Carvalho, 2021), e os limites ainda evidentes nas políticas de cotas para pessoas com deficiência (Staub, 2022). Esses elementos apontam que, apesar da presença do discurso inclusivo nas diretrizes institucionais, a efetivação da inclusão se dá, muitas vezes, de forma parcial, fragmentada e, em certos contextos, excludente.

Tais constatações reforçam a urgência de uma reestruturação curricular e institucional que promova a equidade a partir do reconhecimento crítico e comprometido das diversidades. Ampliando esse panorama, outras investigações aprofundam os desafios enfrentados no cotidiano da prática docente e na formação continuada. Mota (2024) evidência, por exemplo, as barreiras

vivenciadas por estudantes com deficiência durante os estágios curriculares obrigatórios, revelando a fragilidade das estratégias de acompanhamento e suporte. Já Kokkonen (2021) destaca a carência de formação especializada voltada ao atendimento educacional de estudantes com TEA, apontando para a necessidade de políticas de formação que articulem conhecimentos específicos com práticas pedagógicas inclusivas.

Propostas de reformulação normativa e a criação de produtos educacionais, como cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) e instrumentos avaliativos de acessibilidade, emergem nesses estudos como caminhos possíveis e necessários para o fortalecimento de políticas inclusivas mais efetivas. Pesquisas como as de Pessel (2021) e Lobão (2019) reiteram, entretanto, que, embora existam políticas públicas voltadas à inclusão, ainda persistem barreiras de ordem comunicacional, atitudinal e arquitetônica, que limitam a plena participação dos estudantes com deficiência nos espaços educacionais. A existência de elementos facilitadores como editais acessíveis, adaptações metodológicas e posturas empáticas, depende, em grande medida, do compromisso institucional com a efetivação do direito à educação como um princípio inegociável.

Estudos de Cunha (2022), Santos (2021) e Haber (2023) reforçam a urgência de ações intersetoriais articuladas a processos formativos que integrem teoria e prática, como estratégia fundamental para a superação de lacunas estruturais e simbólicas que ainda marcam a experiência educacional de estudantes com deficiência. Além disso, pesquisas como as de Araújo (2021) e Oliveira (2021) ampliam o escopo da discussão ao abordar a inserção profissional dessas pessoas, destacando o papel das tecnologias assistivas e das metodologias inclusivas na construção de trajetórias de autonomia, dignidade e cidadania.

Diante desse conjunto de análises, que evidenciam tanto avanços quanto lacunas ainda significativas, observa-se a necessidade de aprofundar o debate sobre a formação docente para a educação inclusiva. Na sequência, o Quadro 5 apresenta uma síntese dos principais achados relacionados à categoria Educação inclusiva na formação docente.

Quadro 5 – Educação inclusiva na formação docente

N.º	Título	Autor	Instituição	Ano
1	Formação Inicial de Professores para Educação Inclusiva: Uma Análise do Curso Normal na Cidade de Charqueadas/RS	Renata de Menezes Soares	IFSul	2023
2	Formação Docente no Âmbito da Educação Inclusiva: Os Currículos dos Cursos de Licenciatura do IFSudesteMG – Campus Juiz de Fora	Gabriela Santos Leite	IFSudesteMG	2023

Fonte: Autor (2024)

As pesquisas de Soares (2023) e Leite (2023) oferecem contribuições significativas à compreensão da formação inicial de professores para a educação inclusiva, evidenciando tanto avanços quanto fragilidades de ordem estrutural e conceitual. O estudo de Soares (2023), realizado com estudantes do Curso Normal no município de Charqueadas/RS, revela uma crescente conscientização acerca da relevância da educação inclusiva e especial, apontando para a emergência de uma postura mais sensível e comprometida com a diversidade no contexto escolar.

De forma complementar, a pesquisa de Leite (2023) apresenta um diagnóstico quantitativo que acende um alerta importante: nas licenciaturas analisadas, apenas cerca de 1% das disciplinas obrigatórias abordam diretamente a temática da Educação Inclusiva. Este dado revela uma lacuna formativa preocupante, que compromete a construção de uma prática pedagógica crítica, reflexiva e efetivamente inclusiva. Além disso, o estudo identificou a persistência de concepções equivocadas, muitas vezes pautadas em visões segregacionistas sobre a Educação Especial, o que

evidencia a ausência de uma abordagem formativa que articule teoria, prática e compromisso ético-político com os direitos das pessoas com deficiência.

Diante desse cenário, ambas as investigações convergem ao destacar a urgência de reformulações curriculares e institucionais que incorporem a inclusão como eixo estruturante da formação docente. Trata-se de uma demanda que extrapola o cumprimento de diretrizes legais e interpela o compromisso das instituições formadoras com a construção de uma escola verdadeiramente democrática e inclusiva.

Na sequência, serão apresentados os principais achados relacionados à categoria Tecnologias Assistivas, reconhecida como componente essencial para a efetivação da educação inclusiva.

Quadro 6 – Tecnologias Assistivas

N.º	Título	Autor	Instituição	Ano
1	Recursos e Estratégias de Aulas em Laboratórios para Estudantes com Baixa Visão na Educação Profissional e Tecnológica	Luiz Roberto Cardoso	IFMS	2022
2	A Importância da Tecnologia Assistiva na Autonomia Escolar de Pessoas Com Deficiência	Rubia Quaresma de Freitas	IFPB	2020
3	Tecnologia Assistiva para Pessoas Com Deficiência Visual Aplicada ao Ensino: Novas Concepções na Formação Inicial e Continuada de Professores no Instituto Federal do Acre	Francisco Heliton do Nascimento	IFAC	2021
4	A Utilização de Tecnologias Assistivas em Bibliotecas Escolares para o Incentivo à Leitura para pessoas com Deficiência no Instituto Federal Sul-Rio-Grandense	Vivian Iracema Marques Ritta	IFSul	2024

Fonte: Autor (2024)

Cardoso (2022) destaca que o uso de tecnologias assistivas, como lupas manuais e eletrônicas, aliado a melhorias na iluminação dos ambientes, é fundamental para garantir a autonomia e a participação de estudantes com baixa visão em atividades de laboratório. Esses recursos ampliam as possibilidades de visualização dos materiais, promovendo uma aprendizagem mais acessível e alinhada às necessidades específicas de cada estudante. A autora ressalta, ainda, que a efetivação da acessibilidade no contexto educacional exige mais do que a remoção de barreiras físicas e simbólicas: requer a oferta contínua de tecnologias assistivas e o suporte de profissionais capacitados, elementos indispensáveis para a consolidação de uma educação verdadeiramente inclusiva.

Nesse sentido, a pesquisa de Freitas (2020), ao investigar um curso de formação continuada promovido no Instituto Federal da Paraíba (IFPB), evidencia o papel central das tecnologias assistivas (TA) como ferramentas pedagógicas mediadoras da inclusão. Embora o curso tenha registrado baixa adesão, os docentes participantes relataram transformações significativas em suas práticas pedagógicas, sinalizando o potencial da formação continuada para impulsionar uma cultura escolar mais inclusiva. Ao reconhecerem o valor das TA, esses profissionais demonstraram abertura para a revisão de seus métodos e para a ampliação do acesso e da participação de estudantes com deficiência nos processos de ensino e aprendizagem.

Contudo, persistem desafios importantes para a efetiva implementação das tecnologias assistivas. A escassez de recursos materiais e humanos, a ausência de formação específica e a sobrecarga de trabalho docente configuram obstáculos que limitam a aplicabilidade dessas práticas. A pesquisa de Nascimento (2021) complementa esse panorama ao evidenciar como a adoção do Desenho Universal para a Aprendizagem pode contribuir para a flexibilização curricular e o

reconhecimento das singularidades dos sujeitos. A partir dos relatos de pessoas com deficiência visual, a autora também ressalta a urgência de enfrentar o capacitismo institucionalizado, que ainda se manifesta em práticas excludentes e na naturalização de desigualdades educacionais.

As contribuições dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas, conforme também analisado por Nascimento (2021), reforçam a importância do trabalho colaborativo entre os diversos setores institucionais. Ainda que haja uma crescente consciência sobre a importância da inclusão, obstáculos persistem na adaptação dos Projetos Pedagógicos de Curso e na articulação entre equipes docentes, pedagógicas e administrativas. A carência de infraestrutura adequada e a limitação de recursos seguem como entraves para a consolidação de práticas inclusivas de forma sistemática. Nesse contexto, o engajamento coletivo de toda a comunidade escolar torna-se condição essencial para a construção de ambientes educativos mais equitativos, participativos e acolhedores.

Por fim, a dissertação de Ritta (2024) amplia essa discussão ao investigar o papel dos bibliotecários como agentes da inclusão escolar. Embora muitos desses profissionais demonstrem conhecimento sobre tecnologias assistivas e adotem estratégias personalizadas de atendimento, a baixa frequência de estudantes com deficiência nas bibliotecas indica a permanência de barreiras simbólicas e operacionais. Esse dado revela a necessidade urgente de ressignificar o espaço da biblioteca não apenas como local de acesso à informação, mas como um ambiente acessível em termos físicos, comunicacionais e pedagógicos, contribuindo, assim, para o fortalecimento de uma cultura institucional comprometida com a valorização da diversidade e com a promoção da inclusão de forma contínua e efetiva.

A análise das dissertações selecionadas permitiu uma reflexão aprofundada sobre os desafios e as possibilidades da efetivação da educação inclusiva no contexto dos Institutos Federais. Os dados revelam um ponto de convergência fundamental entre os estudos: a inclusão não pode se restringir ao acesso. É necessário garantir, de forma articulada e contínua, a permanência e o êxito dos estudantes com deficiência, assegurando um percurso formativo que valorize a diversidade e combata as desigualdades estruturais.

Apesar dos avanços normativos e das políticas afirmativas implementadas nas últimas décadas, a inclusão educacional ainda enfrenta barreiras significativas. Os entraves atitudinais, manifestos em preconceitos, desconhecimento e negligência, evidenciam que a presença física dos estudantes com deficiência nas instituições não assegura, por si só, sua participação efetiva. A inclusão demanda uma transformação mais profunda das práticas institucionais, curriculares e pedagógicas, exigindo o engajamento coletivo em um projeto educacional comprometido com a justiça social.

Entre os aspectos recorrentes nas pesquisas analisadas, destaca-se o papel estratégico dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas. Embora sejam instâncias fundamentais para a promoção de ações inclusivas, sua atuação é frequentemente limitada pela ausência de políticas públicas integradas, de financiamento específico e de diretrizes nacionais consolidadas. A descentralização excessiva das responsabilidades resulta na dependência de prioridades locais e da vontade política de cada gestão, comprometendo a continuidade, a abrangência e a eficácia das iniciativas inclusivas.

Outro ponto crítico identificado nos estudos refere-se à formação docente. A presença de disciplinas como Libras nas licenciaturas, embora necessária, tem se mostrado insuficiente para o desenvolvimento de competências pedagógicas inclusivas. A persistência de modelos educacionais centrados em um "aluno ideal" perpetua práticas homogêneas que ignoram as singularidades dos sujeitos. Em muitos casos, adaptações curriculares acabam sendo confundidas com práticas segregadoras, reproduzindo exclusões dentro do próprio espaço escolar.

Nesse contexto, as tecnologias assistivas surgem como ferramentas potentes de emancipação e aprendizagem. Entretanto, sua implementação permanece desigual e desarticulada.

A ausência de infraestrutura adequada, a escassez de materiais acessíveis (como leitores de tela, recursos em braile e laboratórios adaptados) e a falta de formação técnica dificultam a consolidação de ambientes educativos verdadeiramente acessíveis. Como apontam Cardoso (2022) e Freitas (2020), tais tecnologias não devem ser vistas apenas como instrumentos de acesso, mas como recursos de empoderamento que ampliam as possibilidades formativas e profissionais das pessoas com deficiência.

Os achados também apontam para a urgência de uma abordagem intersetorial e participativa na formulação de políticas inclusivas. A escuta ativa dos estudantes com deficiência, como destacam Lobão (2019) e Kokkonen (2021), é essencial para identificar barreiras invisíveis e propor intervenções eficazes. No entanto, observa-se a prevalência de indicadores quantitativos, como o número de matrículas, sobre dimensões qualitativas, como permanência, aprendizagem e bem-estar, revelando uma concepção reducionista da inclusão.

À luz dessas discussões, é fundamental resgatar a concepção de educação omnilateral, proposta por autores como Gramsci (1999), Saviani (2007) e Frigotto (2010). Essa perspectiva compreende o ser humano em sua totalidade histórica, cultural e social, defendendo uma formação integral que articule trabalho, ciência e cultura. Trata-se de um projeto educativo voltado para a emancipação, que rompe com a lógica fragmentada e utilitarista ainda predominante em muitos currículos escolares.

Contudo, o ideal de formação omnilateral colide com a realidade excludente vivida nas instituições de ensino. A ausência de práticas inclusivas consistentes, tanto nos espaços físicos quanto nos ambientes digitais, revela o descompasso entre o discurso da formação integral e a experiência cotidiana das pessoas com deficiência. Salas de aula inacessíveis, materiais didáticos não adaptados, plataformas digitais sem recursos de acessibilidade e metodologias padronizadas comprometem o direito à aprendizagem e limitam o desenvolvimento pleno dos estudantes.

Adicionalmente, observa-se a marginalização das experiências culturais das pessoas com deficiência nos currículos escolares, o que reforça a concepção de um sujeito único e normativo a ser formado. Tal invisibilização contraria os princípios da omnilateralidade, que pressupõem o reconhecimento da diversidade como elemento constitutivo de uma educação democrática. A inclusão, portanto, não pode ser entendida como um conjunto de adaptações pontuais, mas como parte essencial da concepção de educação omnilateral.

Essa transformação exige a revisão das práticas pedagógicas, o fortalecimento de processos formativos docentes sensíveis à diversidade, e a criação de ambientes educacionais acessíveis, afetivos e colaborativos. Implica, ainda, um compromisso institucional com a equidade, sustentado por políticas públicas consistentes, investimentos contínuos e articulação intersetorial entre as áreas da educação, saúde, assistência social e cultura.

A legislação brasileira, como a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), incorporada pelo Decreto nº 6.949/2009, reforça a obrigatoriedade de uma educação inclusiva em todos os níveis como condição para o pleno exercício da cidadania (Brasil, 2009a). No entanto, a análise crítica das dissertações e dos dados indica que a ausência de práticas inclusivas sistematizadas compromete seriamente a concretização desse direito. A acessibilidade, conforme definida no Decreto nº 5.296/2004, deve ser um eixo transversal das políticas pedagógicas, abrangendo as dimensões arquitetônica, comunicacional, atitudinal e pedagógica.

Mantoan (2003, 2011) argumenta que a inclusão não pode ser pensada como inserção dos “diferentes” em um sistema fixo, mas como uma transformação profunda da escola, baseada na valorização da diferença como princípio estruturante. Assim, uma educação omnilateral e inclusiva exige a reorganização dos currículos, das práticas pedagógicas e da própria cultura institucional.

O Relatório Mundial sobre a Deficiência (Organização Mundial da Saúde & Banco Mundial, 2011) também destaca que as barreiras enfrentadas pelas pessoas com deficiência vão além da

infraestrutura física, estendendo-se a obstáculos culturais e institucionais que dificultam sua permanência e participação. A superação dessas barreiras passa pela revisão crítica de práticas homogeneizadoras e pela construção de uma cultura educacional que valorize os sujeitos em sua pluralidade.

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (Brasil, 2009b) reiteram a importância da formação docente para uma atuação inclusiva. Contudo, como evidencia Gouvêa (2019), essa formação ainda é incipiente, muitas vezes limitada a componentes isolados que não promovem uma compreensão ampla sobre pedagogias inclusivas e justiça educacional.

Reafirmar o compromisso com a educação omnilateral, nesse cenário, é reivindicar uma escola pública democrática, inclusiva e comprometida com o desenvolvimento pleno de todas e todos. Trata-se de reconhecer que a inclusão não é uma meta paralela ou complementar, mas uma condição indispensável para que a formação integral se realize de maneira ética, equitativa e emancipadora.

A realização desta pesquisa permitiu evidenciar barreiras presentes nos processos de inclusão de pessoas com deficiência na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Por meio da análise de dissertações do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT), buscamos compreender como essa temática tem sido abordada no contexto acadêmico da Rede.

O objetivo da pesquisa foi alcançado a partir de um levantamento fundamentado em critérios definidos de seleção, categorização e análise dos trabalhos. Essa sistematização possibilitou identificar abordagens, lacunas e encaminhamentos relacionados à inclusão nos espaços educativos, bem como observar tanto os conteúdos presentes nas produções quanto as ausências, contribuindo para ampliar a compreensão do lugar que a inclusão ocupa nas investigações da área.

A opção metodológica pelo estado do conhecimento mostrou-se adequada para organizar a produção acadêmica e evidenciar omissões e silêncios temáticos. A trajetória adotada, pautada pela pertinência temática, recorte temporal e uso de descritores específicos, permitiu delinear um panorama da produção do PROFEPT sobre educação inclusiva e refletir sobre as condições em que certos temas são explorados ou negligenciados.

As dissertações analisadas foram organizadas em categorias temáticas que permitiram visualizar diferentes enfoques sobre a inclusão na Rede Federal. Ainda que com abordagens distintas, os estudos apontaram questões recorrentes relacionadas ao acesso, permanência e participação de estudantes com deficiência.

Constatou-se que a produção sobre inclusão de pessoas com deficiência no PROFEPT é reduzida, considerando o número total de dissertações e o papel institucional da Rede Federal. Das dissertações inicialmente identificadas, apenas uma parte foi considerada pertinente após a aplicação dos critérios metodológicos, revelando uma lacuna importante nas investigações sobre o tema no período analisado.

A análise dos trabalhos selecionados evidenciou a presença de barreiras à inclusão em dimensões atitudinais, comunicacionais, arquitetônicas e pedagógicas, nas instituições da Rede. Os dados também indicaram fragilidades na formação inicial e continuada de docentes no campo da educação inclusiva. A oferta de componentes curriculares específicos, por si só, não tem garantido práticas pedagógicas sensíveis às necessidades dos estudantes com deficiência.

As ações de inclusão descritas nas dissertações tendem a ocorrer de forma isolada, com pouca articulação entre os setores institucionais e ausência de diretrizes sistematizadas. Os Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), embora existentes, enfrentam limitações quanto a recursos e integração com outras instâncias dos Institutos Federais.

Quanto às tecnologias assistivas, observou-se que seu uso permanece restrito, seja pela escassez de infraestrutura, seja pela falta de formação específica entre os profissionais. Apesar de

reconhecidas como recursos importantes no processo de aprendizagem, essas tecnologias ainda não estão plenamente incorporadas às práticas pedagógicas.

Outro aspecto relevante diz respeito à participação desses estudantes nas pesquisas. Observou-se que, na maioria dos estudos, sua voz não foi incorporada de forma significativa como fonte de informação ou análise, o que limita a compreensão dos efeitos das práticas institucionais sobre sua experiência educacional.

A pesquisa também identificou uma distância entre os princípios expressos nos documentos institucionais e as práticas observadas no cotidiano das instituições. Essa discrepância aponta para a necessidade de novas investigações, reorganização institucional e revisão das políticas formativas voltadas à inclusão no âmbito do PROFEPT e da Rede Federal.

A análise da produção do PROFEPT, em diálogo com os princípios que orientam a Rede Federal, reforça a necessidade de ampliar os estudos sobre inclusão, conectando-os aos desafios concretos vivenciados pelas instituições. Este campo exige o desenvolvimento de novas pesquisas e iniciativas que contribuam para transformar as práticas educacionais, considerando os diferentes contextos em que a Rede está inserida.

Por fim, reconhecemos que esta pesquisa não pretende encerrar o debate sobre a inclusão na educação profissional e tecnológica. Ao contrário, busca oferecer subsídios iniciais que orientem novas investigações e ampliem o diálogo sobre o tema. Ainda há muito a ser compreendido e aprofundado. Este estudo se propõe como ponto de partida para reflexões e ações que fortaleçam o compromisso com práticas educacionais inclusivas e sensíveis à diversidade presente nas instituições de ensino.

Contribuições dos Autores: Leal, D. F. de F.: concepção e desenho, aquisição de dados, análise e interpretação dos dados, redação do artigo; Vieira, A. R. L.: concepção e desenho, análise e interpretação dos dados, redação do artigo, revisão crítica relevante do conteúdo intelectual. Todos os autores leram e aprovaram a versão final do manuscrito.

Aprovação Ética: Não aplicável.

Agradecimentos: Não aplicável.

REFERÊNCIAS

Abreu, J. M. S. (2020). Percepções de estudantes com deficiência sobre integração, acessibilidade e inclusão no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco – Campus Recife [Dissertação de mestrado, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco]. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco.

Amaral, Q. B. de O. (2023). Acessibilidade dos estudantes com deficiências às bibliotecas do ensino profissional e tecnológico [Dissertação de mestrado, Instituto Federal do Espírito Santo]. Instituto Federal do Espírito Santo.

Araújo, J. L. de. (2021). A inserção da pessoa com deficiência no mundo do trabalho: a oficina pedagógica e o aplicativo “eficiente” como ferramentas de inclusão [Dissertação de mestrado, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte]. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte.

Brasil. (2004). Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, e nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Diário Oficial da União.

Brasil. (2009a). Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Diário Oficial da União.

Brasil. (2009b). Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Diário Oficial da União.

- Brasil. (2015). Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União.
- Cardoso, L. R. (2022). Recurso e estratégias de aulas em laboratórios para estudantes com baixa visão na Educação Profissional e Tecnológica [Dissertação de mestrado, Instituto Federal de Mato Grosso do Sul]. Instituto Federal de Mato Grosso do Sul.
- Carvalho, E. Q. (2021). Promoção da acessibilidade na educação profissional e tecnológica: reflexões sobre cultura surda e Libras [Dissertação de mestrado, Instituto Federal de Alagoas]. Instituto Federal de Alagoas.
- Cunha, K. P. da. (2022). Educação inclusiva: uma abordagem acerca das políticas de inclusão para a permanência escolar no IFAM Campus Manaus Centro [Dissertação de mestrado, Instituto Federal do Amazonas]. Instituto Federal do Amazonas.
- Freitas, R. Q. de. (2020). A importância da tecnologia assistiva na autonomia escolar de pessoas com deficiência [Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Paraíba]. Universidade Federal da Paraíba.
- Frigotto, G. (2010). A produtividade da escola improdutiva: Entre a negação e a afirmação da escola pública (6ª ed.). Cortez.
- Gouvêa, G. A. (2019). Inclusão e ensino de ciências: práticas docentes para uma escola inclusiva (1ª ed.). Appris.
- Gramsci, A. (1999). Cadernos do cárcere (Vol. 2). Civilização Brasileira.
- Haber, I. da S. (2023). Educação inclusiva no Ensino Médio Integrado: o caso do Instituto Federal Sudeste MG – Campus Juiz de Fora [Dissertação de mestrado, Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais]. Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais.
- Kokkonen, R. L. F. (2021). Inclusão educacional de estudantes com transtorno do espectro autista: uma análise das experiências do Instituto Federal de Rondônia, da Associação de Pais e Amigos do Autista de Rondônia e da Secretaria de Estado da Educação de Rondônia [Dissertação de mestrado, Instituto Federal de Rondônia]. Instituto Federal de Rondônia.
- Leite, G. S. (2023). Formação docente no âmbito da Educação inclusiva: os currículos dos cursos de licenciatura do IF Sudeste MG – Campus Juiz de Fora [Dissertação de mestrado, Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais]. Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais.
- Lima, C. B. dos S. (2020). Acessibilidade curricular: um estudo sobre inclusão escolar no Instituto Federal de Goiás – Campus Luziânia [Dissertação de mestrado, Instituto Federal de Goiás]. Instituto Federal de Goiás.
- Lima Fialho, C. S. C. (2021). Guias didáticos para o ensino de turismo acessível: reflexões a partir de problemas sobre a legislação referente às pessoas com deficiência e a acessibilidade [Dissertação de mestrado, Instituto Federal de Alagoas – Campus Avançado Benedito Bentes]. Instituto Federal de Alagoas.
- Lobão, F. de O. (2019). Educação inclusiva: desafios e conquistas no percurso de acesso, permanência e êxito para os estudantes assistidos pelo NAPNE e a equipe multidisciplinar no IFS - Campus Aracajú [Dissertação de mestrado, Instituto Federal de Sergipe]. Instituto Federal de Sergipe.
- Mantoan, M. T. E. (2003). Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? (Coleção Cotidiano Escolar). Moderna.
- Mantoan, M. T. E. (2011). O desafio das diferenças nas escolas. Vozes.
- Maria, D. H. (2023). Acessibilidade do processo de inscrição para estudantes surdos no ensino médio integrado [Dissertação de mestrado, Instituto Federal de Santa Catarina]. Instituto Federal de Santa Catarina.
- Mattar, J., & Ramos, D. K. (2021). Metodologia da pesquisa em educação: Abordagens qualitativas, quantitativas e mistas. Grupo Almedina. <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786586618518>

- Melo, R. G. de. (2021). *Inclusão em formação: contribuições para o acesso de pessoas com deficiência aos cursos técnicos do Instituto Federal do Espírito Santo* [Dissertação de mestrado, Instituto Federal do Espírito Santo – Campus Vitória]. Instituto Federal do Espírito Santo.
- Minayo, M. C. de S. (2009). O desafio da pesquisa social. In: Deslandes S. F., Gomes, R., & Minayo, M. C. de S. (Orgs.), *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. São Paulo: Vozes, 9-55.
- Morosini, M., Kohls-Santos, P., & Bittencourt, Z. (2021). *Estado do conhecimento: teoria e prática*. CRV.
- Mota, S. dos S. (2024). *O estágio curricular obrigatório e a inclusão de estudantes com deficiência no ensino ofertado na Educação Profissional e Tecnológica: subsídios para o aprimoramento das políticas institucionais em vigência no âmbito do IFRS* [Dissertação de mestrado, Instituto Federal do Rio Grande do Sul – Campus Porto Alegre]. Instituto Federal do Rio Grande do Sul.
- Nascimento, F. H. do. (2021). *Tecnologia assistiva para pessoas com deficiência visual aplicada ao ensino: novas concepções na formação inicial e continuada de professores no Instituto Federal do Acre* [Dissertação de mestrado, Instituto Federal do Acre]. Instituto Federal do Acre.
- Nishioka, L. (2022). *Acessibilidade atitudinal das pessoas com deficiências e das pessoas com necessidades educacionais específicas: o processo de inclusão no IFPR para além das políticas de acesso* [Dissertação de mestrado, Instituto Federal do Paraná]. Instituto Federal do Paraná.
- Oliveira, A. V. L. de. (2021). *Educação especial inclusiva na educação profissional* [Dissertação de mestrado, Instituto Federal de Brasília]. Instituto Federal de Brasília.
- Organização das Nações Unidas. (2006). *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*. <https://www.un.org/esa/socdev/enable/documents/tccconvs.pdf>
- Organização Mundial da Saúde (OMS) & Banco Mundial. (2011). *Relatório mundial sobre a deficiência*. OMS. <https://www.who.int/publications/i/item/9789240685215>
- Pereira, T. H. (2021). *A contribuição da leitura literária para uma educação inclusiva no IFMS* [Dissertação de mestrado, Instituto Federal de Mato Grosso do Sul – Campus Campo Grande]. Instituto Federal de Mato Grosso do Sul.
- Pessel, E. R. M. (2021). *Educação inclusiva e pessoas com deficiência: trajetória da primeira discente deficiente visual do IFSul – Campus Charqueadas* [Dissertação de mestrado, Instituto Federal Sul-rio-grandense]. Instituto Federal Sul-rio-grandense.
- Pôncio, E. R. (2019). *Acessibilidade atitudinal nas instituições de ensino: o caso do IFSul* [Dissertação de mestrado, Instituto Federal do Rio Grande do Sul]. Instituto Federal do Rio Grande do Sul.
- Ritta, V. I. M. (2024). *A utilização e tecnologia assistiva em bibliotecas escolares para o incentivo à leitura das pessoas com deficiência no Instituto Federal Sul-rio-grandense* [Dissertação de mestrado, Instituto Federal Sul-rio-grandense – Campus Charqueadas]. Instituto Federal Sul-rio-grandense.
- Romanowski, J. P., & Ens, R. T. (2006). As pesquisas denominadas do tipo “estado do conhecimento”. *Revista Diálogo Educacional*, 6(19), 37-50.
- Santos, C. M. dos. (2021). *A prática pedagógica no atendimento ao aluno da educação especial no IFPR Campus Curitiba: desafios e estratégias* [Dissertação de mestrado, Instituto Federal do Paraná]. Instituto Federal do Paraná.
- Saviani, D. (2007). *Educação: do senso comum à consciência filosófica* (18ª ed.). Autores Associados.
- Silva, C. P. da. (2023). *Acessibilidade em bibliotecas: um estudo de caso na biblioteca do IFSul Campus Pelotas* [Dissertação de mestrado, Instituto Federal do Rio Grande do Sul]. Instituto Federal do Rio Grande do Sul.

Silva, D. O. da. (2024). A acessibilidade de estudantes surdos na EPT: subsídios teóricos e práticos a partir de processo seletivo no IFRS [Dissertação de mestrado, Instituto Federal do Rio Grande do Sul – Campus Porto Alegre]. Instituto Federal do Rio Grande do Sul.

Silva, D. M. da, & Ribeiro, A. C. D. (2021). Pessoas com deficiência e portadores de necessidades especiais: a visão geral das pessoas que não têm deficiência ou necessidades especiais em comparação com a realidade vivida pelas PCD/PNE. *Revista Humanidades e Inovação*, 8(59), 270–294.

Soares, R. C. (2022). Desafios e possibilidades no desenvolvimento da acessibilidade atitudinal em relação a estudantes surdos e ouvintes do IF Sudeste MG - Campus Rio Pomba [Dissertação de mestrado, Instituto Federal Sudeste de Minas Gerais]. Instituto Federal Sudeste de Minas Gerais.

Soares, R. de M. (2023). Formação inicial de professores para educação inclusiva: uma análise do Curso Normal na cidade de Charqueadas-RS [Dissertação de mestrado, Instituto Federal Sul Rio Grandense]. Instituto Federal Sul Rio Grandense.

Staub, E. S. O. (2022). Percurso de formação profissional das pessoas com deficiência dos cursos técnicos subsequentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina [Dissertação de mestrado, Instituto Federal de Santa Catarina]. Instituto Federal de Santa Catarina.

Recebido: 3 de fevereiro de 2025 | **Aceito:** 2 de junho de 2025 | **Publicado:** 08 de julho de 2025



This is an Open Access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.